

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXVIII - 1999

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

RAQUEL VILAÇA

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DOMINGOS J. DA CRUZ

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A. A. HUET B. GONÇALVES

Museu de História Natural. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

A NECROPOLE DE TANCHOAL DOS PATUDOS

(ALPIARÇA, SANTARÉM)

“Conimbriga” XXXVIII (1999) p. 5-29

RESUMO: Publicam-se duas datas radiocarbónicas obtidas com os restos orgânicos contidos num dos vasos do cemitério de Tanchoal (Alpiarça, Ribatejo), identificado em inícios do século. Os resultados apontam para uma cronologia de finais da Idade do Bronze, entre meados do séc. XI a. C. e os inícios do IX a. C. Tecem-se ainda algumas considerações sobre os rituais incineratórios, contextos sepulcrais, espólios, etc.

ABSTRACT: We are publishing the radiocarbon dates obtained from the organic remains found in one of the vases from the cemetery of Tanchoal (Alpiarça, Ribatejo), which was identified at the beginning of last century. The results indicate a chronology of the Late Bronze Age, between mid XI century b. C. and the beginning of the IX century b. C. By the way, some considerations are being construed upon the cremation rituals, burial context, goods, etc.

(Página deixada propositadamente em branco)

A NECROPOLE DE TANCHOAL DOS PATUDOS (ALPIARÇA, SANTARÉM)

1. Introdução

Este texto ¹ tem por objectivo último a divulgação de duas datações radiocarbónicas, obtidas com os restos orgânicos contidos em vaso cerâmico recolhido em Tanchoyal, propriedade da “Casa dos Patudos”, em 1930.

A referida peça cerâmica foi integrada na designada “Cultura de Alpiarça”, tal como Gustavo Marques e G. Migueis de Andrade a definiram [Marques, 1972; Marques e Andrade, 1974]. Faz parte da colecção arqueológica do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências do Porto, tendo sido descrita por aquele primeiro autor [Marques, 1972: 28] nos seguintes termos:

“T 27

Pequena urna de fabrico manual, com asa, faltando-lhe parte do bordo, constituída por um colo cilíndrico arqueado para fora, ligado por vinco a um bojo de duas peças troncocónicas por pronunciada carena. Fundo côncavo. TIPO Va.

Pasta cinza, com núcleo cinza escuro.

Engobe beje, totalmente brunido.

Nota - Esta peça contém cinzas e pequenos fragmentos de ossos.

Altura = 75 mm; diâmetro máximo = 85 mm; espessura média = 3 mm.” ¹

¹ O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Práticas funerárias e/ou culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, promovido pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta (Viseu). Neste contexto têm sido realizados trabalhos de escavação e prospecção arqueológicas na área da Beira Alta, como também a revisão de materiais e contextos arqueológicos da parte final da Idade do Bronze de estações da fachada atlântica da Península Ibérica.

Estes resíduos constituem os únicos elementos orgânicos passíveis de análise química pelo processo de Carbono 14; de facto, nem os antigos achados, registados sobretudo nas três primeiras décadas deste século, nem as escavações recentes, desenvolvidas por P. Kalb e M. Höck [1980, 1981-82], proporcionaram a colheita *in situ*, para este efeito, de restos ósseos ou outros materiais.

Trata-se, neste sentido, de uma pequena contribuição para a definição da cronologia deste tipo de materiais, recolhidos ao longo dos anos em torno do relevo designado localmente “Castelo” de Alpiarça ou “Alto do Castelo”.

2. Os achados da “Casa dos Patudos”

O primeiro texto sobre os materiais arqueológicos de Alpiarça² deve-se a A. A. Mendes Corrêa [Corrêa, 1916], ao tempo assistente de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Ligavam-no à “Casa dos Patudos” laços familiares, pelo que grande parte dos materiais encontrados naquela propriedade agrícola, por força do plantio (renovação) de vinha, foram canalizados para a Faculdade de Ciências do Porto³.

Infelizmente, tais achados nunca foram observados *in situ*. Desta circunstância nos dá notícia o referido investigador, para além de reconhecer a diversidade dos materiais recolhidos nas diferentes propriedades da quinta.

Inicialmente, Mendes Corrêa atribuiu aos achados de Tanchoal cronologia da Idade do Bronze⁴, para mais tarde considerar que era

² A região de Alpiarça conta com um importantíssimo conjunto de testemunhos pré-históricos, desde o Paleolítico [Zbyszewski, 1943; 1946] a épocas mais recentes: instrumento lítico (quartzito) de grandes dimensões recolhido na Quinta da Goucha (ou em Vale do Peixe, Goucharia) [Corrêa, 1928: 126-127; 1934: 6, respectivamente]; placa de xisto com incisões, e outras peças líticas, provenientes de Vale de Cavalos [Corrêa, 1928: 129; 1934: 6]; fibula de dupla mola do Barreiro do Tojal [Ponte, 1982: 215]; etc.

³ Sobre a vida e obra de Mendes Corrêa, veja-se recente síntese [Cardoso, 1999].

⁴ “A idade do bronze suponho poder atribuir alguns objectos de cerâmica e bronze de Tanchoal (Alpiarça), embora com a reserva indicada pelo facto das condições de jazida serem imprecisas, e do reconhecimento *in situ* não ter sido efectuado oportunamente e acompanhado das necessárias precauções” [Corrêa, 1916: 331], e, mais

“duvidosa a inclusão na idade do bronze de braceletes de bronze e vasos de cerâmica encontrados em Alpiarça. [...]. Trata-se de restos muito heterogêneos e possivelmente de épocas diferentes” [Corrêa, 1924: 228], desde o Calcolítico até à Idade do Ferro. Esta convicção de uma cronologia mais tardia, da Idade do Ferro, manter-se-á em textos subsequentes [1931, 1934, 1936]⁵.

Em 1930 registam-se novos achados em Tanchoal. De novo, tratava-se do plantio de vinha, e, tal como antes, Mendes Corrêa já não pôde observar os materiais *in situ*, registando apenas as informações que lhe foram transmitidas pelos trabalhadores; foram agora exumadas dezasseis umas, enterradas a cerca de 1,20 m de profundidade, “encostadas umas às outras e cheias de carvões e de cinzas” [Corrêa, 1936: 133], admitindo tratar-se de um “depósito funerário” [*ibidem*: 133]; do grupo de umas há evidentemente materiais de épocas diferentes (cf. figs. I^a, 2^a e 3^a, das ests. I e II), para além do próprio autor referenciar que a cerca de 2 m tinha sido encontrado, “isolado, um machado chato, de bronze, com gume curvilíneo”⁶ [p. 133], a profundidade um pouco menor (1 m), e que “a 4 m ou 5 m para oeste tinham também aparecido alguns fragmentos de *tegulae*” [p. 133], e de “três braceletes de bronze, espessos” [p. 133] que, contudo, não chegou a observar por terem sido roubados [p. 134]⁷.

Neste texto, o último que dedicou aos materiais de Alpiarça, considera que “o conjunto dos vasos e dos braceletes do *Tanchoal* e do *Mejão* [...], pertence, sem dúvida, a uma extensa necrópole de incineração, relacionada talvez com o recinto fortificado do *Castelo*, mas pré-romana” [p. 135], do “princípio da segunda idade do ferro (séc. VI-V

adiante, ajuntando argumentação de carácter tecnológico e tipológico, considera, apesar das dúvidas inerentes à falta do conhecimento contextual, que “é natural inclinarmos a crer que se trate de restos do último período da idade do bronze” [*idem, ibidem*: 335].

⁵ De qualquer modo, no texto que assinou na *Historia de Portugal* (ed. de Barcelos, 1928), intitulado “A Lusitânia pré-romana”, os materiais de Tanchoal e Mejão são assim legendados: “cerâmica de sepulturas de Alpiarça, talvez da idade do Bronze” [p. 145 e 147]. Em texto posterior: “mas os braceletes descobertos em Alpiarça (Tanchoal dos Patudos) são, sem dúvida da idade do ferro” [Corrêa, 1934: 7].

⁶ Cfr., também, Monteagudo, 1965: 25. A análise química do machado confirmou tratar-se de bronze: Sn - >10; Pb - 0,18; As - 0,7; Ag - 0,045; Sb/Ni/Bi/Au/Zn/Co/Fe - 0 [Junghans *et alii*, 1968: 38-39].

⁷ Sobre este aspecto, vide os esclarecimentos de Gustavo Marques [Marques, 1974: *lie segs.*].

a. C)” [p. 135]. É também neste trabalho que consagra a expressão “Umenfelder” de Alpiarça, depois divulgada em sínteses clássicas como “una típica necrópole de campos de urnas” [Almagro Basch, 1952: 221; Savory, 1951: 349; 1974: 251].

Já com os primeiros achados, que serviram para o texto publicado em *O Archeologo Português* [1916], referencia que “com os braceletes me foram remetidos pequenos fragmentos de ossos, decerto ossos longos, que se reduziam facilmente a pó, não havendo despropósito em admitir a hipótese de terem sido restos de incineração” [Corrêa, 1916: 332].

Os materiais arqueológicos de Alpiarça serão reanalisados nos anos 70, em estudo criterioso de G. Marques [1972]; é então reconhecida a proveniência diversificada dos materiais, identificando cinco estações, quatro das quais se situavam na quinta dos Patudos [Marques, 1972: 6]: Castelo de Alpiarça, Cabeço da Bruxinha, Tanchoal, Meijão, Cabeço da Bruxa; a heterogeneidade dos materiais é evidente no caso do “Tanchoal”, correspondendo, pelo menos, a “três épocas” [p. 14], desde o “neolítico” ao período da romanização [p. 35]; já relativamente aos materiais provenientes do Meijão, considera que “apresentam uma grande unidade cultural” [p. 17], tratando-se de estação, ainda que menos conhecida, “em certos aspectos [...] superior à sua quase irmã gêmea do Tanchoal” [p. 15]; os restantes sítios revelam também, quer ocupações pré-históricas, do “neolítico” e do calcolítico, quer do período da romanização.

Os materiais das “necrópoles de incineração” do Tanchoal e do Meijão são considerados por estes investigadores, seguindo A. Mendes Corrêa, da Idade do Ferro (séc. V-IV a. C.) [Marques, 1972: 36; Marques e Andrade, 1974: 147]; a presença de vasos de engobe brunido, decorados ou não decorados, braceletes múltiplos de bronze do “tipo La Mercadera” e a eventual ocorrência de artefactos de ferro [Marques, 1972: 35], permitirão ao primeiro destes autores definir os conceitos de “cerâmica de engobe brunido do tipo Alpiarça” e de “Cultura de Alpiarça” [p. 5], a que acrescentará mais tarde a fibula de dupla mola “tipo Tossal Redó” (Marques e Andrade, 1974: 145), ausente daqueles sítios mas identificada em contextos similares do “aro” de Alpiarça, cuja cronologia era então definida entre os séculos VI e IV a. C.

Gustavo Marques e Migueis Andrade acabam por realizar escavações arqueológicas no “Cabeço da Bruxa”, em 1972, sem que os resultados desses trabalhos tenham chegado a ser publicados.

Na verdade, os primeiros trabalhos cientificamente conduzidos e divulgados ficar-se-ão a dever a P. Kalb e M. Hock, realizados em 1979, no “Cabeço da Bruxa” [Kalb e Hock, 1980; 1981-82], e que, de algum modo, podem constituir uma referência para os achados do Tanchoal e do Meijão, ainda que as formas cerâmicas daquele sítio nos pareçam de tipologia algo diferenciada e, talvez, de cronologia um pouco mais antiga. Aliás, em texto posterior, estes investigadores atribuíram os achados do Cabeço da Bruxa ao Bronze Final e os de Tanchoal e Meijão à Idade do Ferro [Kalb e Hock, 1987: 51].

O “Cabeço da Bruxa” (Quinta da Goucha) é um pequeno outeiro de areia, já anteriormente referenciado, elevando-se cerca de 6 m acima da planície de aluvião circundante. Os trabalhos de escavação revelaram materiais desde o Calcolítico até à Romanização.

Do período cronológico-cultural que agora nos interessa foram identificadas, *in situ*, “três urnas com espólio associado” [Kalb e Hock, 1981-82: 62], suficientemente distanciadas umas das outras para que a expressão “campo de urnas”, tal como foi utilizada originalmente, não tenha aqui grande sentido; consideram estes investigadores que estes novos vasos, “pela forma e pela pasta, podem ser atribuídas à “Cultura de Alpiarça”, e que, pelos braceletes de bronze que foram encontrados juntos, correspondem ao que A. Mendes Corrêa designa como “Umenfelder de Alpiarça” [*idem, ibidem*: 67].

Uma das urnas (CB 362-1) “estava envolvida por um barro amarelo consistente” [p. 67], enchendo uma “cova funerária”, com cerca de 0,30 m de profundidade [p. 68], superficialmente “coberta com um montículo de pedras brancas” [p. 68]; junto ao vaso desta fossa recolheu-se uma taça (CB 362-2) e, no fundo da fossa, o fragmento de um bracelete de bronze⁸; o conteúdo da uma não terá fornecido outro espólio.

Um segundo complexo era similar: a urna CB 771-1 estava inserta em fossa, com cerca de 0,60 m de profundidade, igualmente preenchida com “barro compacto, neste caso cinzento” [p. 68], superficialmente coberta com “três únicas pedras brancas”, cujo nível corresponderia à antiga superfície original; do mesmo modo, este vaso encontrava-se associado a uma taça (CB 771-2)⁹.

⁸ Cfr. Kalb e Hock, 1985: 52-53.

⁹ Vide op. cit. na nota anterior, pp. 54-55.

Um terceiro conjunto, insuficientemente registado devido às condições adversas em que decorreram as escavações, corresponde também a um vaso, sem que se tenha detectado um recipiente associado, que, segundo aqueles investigadores, “ou não existia ou já tinha desaparecido” [p. 68]; foram igualmente recolhidos “cinco braceletes”, localizados entre “20 a 40 cm da área da urna e à mesma cota” [p. 68], cuja associação ao vaso é “altamente provável” [p. 68]^{10 11}.

Em 1981 realizaram-se escavações no “Alto do Castelo”; trata-se de muralha de terra batida com dois fossos, muito provavelmente datáveis do início da presença romana; delimita uma área de 28 ha; a fortificação romana terá seccionado e destruído uma provável sepultura, que R Kalb e Hôck consideram da Idade do Ferro; há uma fortificação interior, bem mais pequena, abrangendo cerca de 5 ha; trata-se de muralha, também de terra, com fosso, que datará do Bronze Final. A ocupação ter-se-á aqui iniciado no Calcolítico, atingindo o auge no Bronze Final; desta época conhecem-se materiais cerâmicos e um punhal de bronze [Kalb e Hôck, 1980; 1988: 195] u.

Os materiais relacionáveis com a designada “Cultura de Alpiarça” correspondem no Tanchoal e Meijão a achados avulsos, embora numerosos, registados em vários sítios da “Casa dos Patudos”, particularmente nas primeiras décadas deste século.

As referências antigas, apesar de nem sempre muito precisas, apontam para uma utilização funerária [Corrêa, 1916; 1934; 1936]; é, aliás, clara a utilização como “urna cinerária” do vaso que é motivo deste texto; as escavações mais recentes, ainda que não tenham fornecido explicitamente ossos ou cinzas, foram interpretadas no mesmo sentido: as “urnas” [Kalb e Hôck, 1982; 1985: 31], cujo conteúdo desconhecemos, seriam acompanhadas por um vaso de tipo “taça” que, por sua vez, eram colocados no interior de fossas ovoides, pouco pro-

¹⁰ Vide op. cit. na nota anterior, p. 56.

¹¹ O numeroso e heterogéneo espólio das várias estações de Alpiarça encontra-se disperso, pelo menos, por cinco instituições: Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Museu Arqueológico de Santarém; Museu dos Serviços Geológicos; Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer); Museu da “Casa dos Patudos” (Alpiarça). Para além de outros circunstancialismos, a dispersão de espólios entende-se pelas próprias palavras de A. Mendes Corrêa quando afirma que “os braceletes [...] são muito numerosos, tendo sido alguns deles trocados, com o Museu Etnológico Português, por objectos paleolíticos dos arredores de Lisboa” [1916: 331-332].

fundas, cujo interior era preenchido com terra argilosa; a sepultura era superficialmente sinalizada (ou fechada) com pequena aglomeração de pedras.

3. Metodologia

O vaso que guardava os materiais utilizados nas análises radiocarbónicas a que se reporta este texto foi recolhido em 1930 no terreno de vinha designado “Tanchoal”, que integrava a propriedade rural “Casa dos Patudos”, depois depositado no agora designado Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. O referido espécime faz parte da exposição permanente daquele Museu; integrou a versão do Porto da exposição temporária sobre a Cerâmica de Alpiarça, organizada pelo Instituto Arqueológico Alemão, que esteve patente na “Galeria dos Patudos” (Alpiarça), Museu de “Grão Vasco” (Viseu) e Faculdade de Ciências do Porto, e, mais recentemente, a Exposição sobre a Idade do Bronze em Portugal (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)¹².

A etiqueta que o acompanha tem a seguinte inscrição, em duas linhas: “Tanchoal (Alpiarça)/30.02.27”. O conteúdo deste pequeno vaso era constituído por terra arenosa, muito fina, ossos humanos e pequenos carvões; a coloração amarelo-acinzentada dos sedimentos deverá ficar a dever-se à presença de cinzas, recolhidas juntamente com aqueles restos da cremação. O peso total do conteúdo do vaso era de 130g.

Fez-se a separação dos elementos orgânicos por peneiração a seco, utilizando-se para o efeito crivo com rede de malha de 2 mm; os ossos totalizaram 14,37 g, constituindo a amostra 1 para as referidas análises radiocarbónicas; os fragmentos de carvão vegetal eram de pequeníssimas dimensões; o maior (amostra 2) pesava 0,16 g.

Os restos ósseos, previamente à sua análise química, foram observados no âmbito dos estudos de Antropologia¹³.

¹² Cfr. respectivo catálogo, p. 92.

¹³ Vide relatório anexo. Agradecemos à Dr.^a Ana Maria Silva, do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a amabilidade da concretização deste trabalho.

4. Resultados das análises radiocarbónicas

As duas amostras foram analisadas por AMS (Accelerated Mass Spectrometry), no Laboratório de Carbono 14 da Universidade de Groningen.

Ambas as amostras estavam contidas no vaso cerâmico. Os restos resultantes da cremação são muito parcelares, quer pela quantidade revelada, quer pelas próprias dimensões do vaso que serviu para os recolher. Admitimos que os sedimentos tenham penetrado no interior do recipiente em tempo ulterior e, neste sentido, a amostra de madeira carbonizada poderia ser menos segura, em termos de relação com o que se pretendia datar. Os restos ósseos relacionam-se, evidentemente, com o cadáver cremado, cuja idade se pretende conhecer.

Os resultados das referidas análises são os seguintes (Quadro I): GrA-9270: 2830±50 BP (amostra 1, ossos humanos); GrA-9572: 2790±50 BP (amostra 2, carvão vegetal). São estatisticamente semelhantes, para o grau de confiança de 2 sigma (95,46%), relacionando-se, certamente, com o mesmo contexto arqueológico, pelo que é aceitável a sua ponderação: 2810±37 BP¹⁴.

Quadro I - *Datações radiocarbónicas de Tanchoal dos Patudos.*

N.º	Lab.	Datação BP	Calibração (AC) (Stuiver <i>et alii</i> , 1998)								tipo de amostra	Obs.
			Intercepção	Método A		Método B						
				1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%			
1	GrA-9270	2830±50	997; 986;979	1043-916	1187-1182 1146-1145 1128-889 882-836	1042-912	100	1128-838	100	ossos humanos	am. 1	
2	GrA-9572	2790±50	966; 964;921	1000-896 876-856 853-843	1048-827	1000-896 870-865	93,6 6,4	1054-823	100	carvão vegetal	am. 2	
média ponderada		2810±37	971;959;936	1002-904	1047-892 880-839	998-918	100	1048-889 883-838	92,7 7,3	Teste estatístico T' — .29 xi²(.05) - 3.84		

¹⁴ Calibração feita com base no programa *Radiocarbon Calibration Program*, rev. 4.1.2, do Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington [Stuiver e Reimer, 1993], com curva de 20 anos [Stuiver *et alii*, 1998]. (Período convencional “Libby” de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ±2 sigma (95,46%). Métodos A (intercepção, por interpolação linear, com a curva de calibração) e B (distribuição de probabilidades) (Quadro I).

A cremação do Tanchoal, para a probabilidade estatística de 2 sigma, poderá ter ocorrido entre 1047 e 839 cal. AC (Método A); a probabilidade, para o mesmo intervalo de confiança, de que o que se pretende determinar se inserirá entre 1048 e 889 cal. AC é de 92,7% (Método B). A cremação poderá ter ocorrido entre meados do século XI a. C. e meados do século IX a. C., sendo mais provável que tal tenha acontecido sobretudo entre **meados do século XI a. C. e os inícios do IX a. C.**, ou seja, nos finais da Idade do Bronze, cujos parâmetros podemos situar aproximadamente entre 1450/1400 e 800 a. C.

5. Considerações finais

Como referimos de início, este texto é um pequeno contributo para o conhecimento da cronologia dos contextos funerários de Alpiarça, baseado nos resultados das datações radiocarbónicas obtidas para a estação de Tanchoal. Não podemos, no entanto, deixar de apontar algumas reflexões mais gerais sobre a problemática que envolve Alpiarça.

De facto, os achados da “Casa dos Patudos” permanecem, não obstante os diversos estudos desenvolvidos ao longo do século que em breve terminará, como um dos assuntos mais incómodos da nossa Proto-história Antiga. Esse mal estar deve-se, em boa parte, à nossa ignorância sobre as reais condições de deposição e de contexto dos inúmeros materiais conhecidos. Mas por ele são também responsáveis certos conceitos (e preconceitos) de forte carga cultural, advindos da própria evolução da ciência arqueológica, que se “colaram” aos materiais de Alpiarça (v. g. “Campos de urnas de Alpiarça”, “Cultura de Alpiarça”)¹⁵ e que, de alguma forma, têm bloqueado o “dossier” Alpiarça.

Um dos campos em que se tem manifestado uma maior desorientação é o da cronologia. E assente, como vimos, que, conjuntamente, existem materiais de diferentes épocas, testemunhando uma remota e prolongada ocupação da região. Mas o que aqui nos interessa são os conjuntos atribuídos, ora ao Bronze Final, ora à Idade do Ferro, como acontece com o Tanchoal e Meijão. Essa indefinição manifesta-se, de resto, em algumas das sínteses dadas à estampa na última década,

¹⁵ Uma análise crítica do conceito de “cultura de Alpiarça” encontra-se, por exemplo, em: Pinto e Parreira, 1978: 150-151; Arnaud, 1979: 88-89; Calado, 1994: 362; Vilaça, 1995: 30-31.

nomeadamente na *Historia de Portugal*, dirigida por J. Medina, onde o assunto é tratado simultaneamente por dois investigadores (que não deixam de questionar a cronologia), em dois capítulos distintos (relativos ao Bronze Final e à I Idade do Ferro), e em dois volumes autónomos [Calado, 1994; Arruda, 1994]. Pelo contrário, no volume I da *Nova História de Portugal*, coordenado por Jorge de Alarcão, Alpiarça é praticamente ignorada (o capítulo do Bronze Final não a refere e o da I Idade do Ferro não chega a dedicar-lhe duas linhas) [Silva, 1990]¹⁶. O assunto é abordado na *História de Portugal*, dirigida por J. Mattoso, no contexto do Bronze Final e um pouco mais extensamente [Fabião, 1993].

As datas radiocarbónicas agora obtidas para o Tanchoal apontam para uma cronologia de meados do século XI a. C. a meados do século IX a. C. que, nos nossos quadros cronológicos de referência, corresponde aos finais da Idade do Bronze¹⁷. A cronologia relativa inferida do estudo tipológico dos materiais cerâmicos e do espólio metálico, este último reduzido a braceletes de bronze, já o indicava. Diversas investigações, em múltiplas frentes, particularmente desenvolvidas nas décadas de oitenta e noventa, reuniram dados bastantes para confirmar essa cronologia¹⁸. Trata-se agora de escavações realizadas em habitats que forneceram, pela primeira vez, contextos arqueológicos seguros para cerâmicas afins de muitas das que encontramos em Tanchoal e Meijão¹⁹, bem como datações radiocarbónicas obtidas a partir de carvões recolhidos nos mesmos níveis dessas cerâmicas (v. g. “Castro de S. Romão” e “Buraco da Moura de S. Romão”, conc. Seia; St.^a Luzia, conc. Viseu; “Moreirinha” e “Alegrios”, conc. Idanha-a-Nova; “Monte do Frade”, conc. Penamacor; etc.). Tais resultados confirmam plenamente os parâmetros cronológicos - tipológicos e radiocarbónicos - do

¹⁶ Três anos mais tarde, este último autor (A. C. F. Silva) desenvolve um pouco mais o tema, defendendo agora um cronologia do Bronze Final, que, aliás, já antes havia assumido [Silva, 1993: 257; 1986: 121].

¹⁷ Período aqui entendido de forma global. Como já foi sublinhado, o clássico esquema tripartido do Bronze Final é de difícil aceitação quando se lida com datações radiocarbónicas [cfr. Vilaça, 1995: 379].

¹⁸ Não se ignora aqui a sobrevivência de certas formas ditas de “tipo Alpiarça” em determinados contextos de cronologia mais avançada [cfr. Vilaça, 1995: 297 e 300].

¹⁹ Evitamos o uso da expressão “cerâmica de tipo Alpiarça” por esta reunir, tal como foi criada pelos seus autores, um sistema de formas demasiado vago (oito tipos cerâmicos, seis processos de acabamento distintos, vários tipos de pastas, exemplares lisos e outros decorados) [cf. Vilaça, 1995: 295].

Tanchoal e, num outro campo, o da contemporaneidade daqueles (e de muitos outros) povoados e de variadas deposições funerárias²⁰.

Uma outra questão colocada pelos achados da “Casa dos Patudos” é a do ritual funerário praticado - a cremação - e, por arrastamento, o problema das suas origens e cronologia no Ocidente peninsular. Sem dispensar uma discussão mais aprofundada destas problemáticas, que reservamos para o trabalho de síntese que corroborará o projecto de investigação em que este texto se insere, gostaríamos de deixar alguns apontamentos neste campo.

Se fizessemos um rastreio dos casos em que, pela primeira vez, se testemunha aquele ritual, confrontar-nos-íamos com duas situações: por um lado, trata-se de ritual antigo cuja origem deverá remontar a um momento ainda mal definido do II milénio a. C.; por outro, manifesta-se de forma esparsa e difusa, do Norte ao Sul do território português, nas mais distintas situações²¹.

Convém lembrar que, quando falamos de incinerações, estamos a lidar com complexas manifestações de âmbito funerário, mas também de foro ritual, onde o fogo desempenhou, ao contrário da sepultura e até do próprio enterramento, papel capital. Ora, rituais envolvendo o uso do fogo, correspondendo formalmente, ou não, à incineração de corpos, praticaram-se em vários momentos da Idade do Bronze anteriores ao Bronze Final. A incineração dos corpos não terá sido, por conseguinte, prática adoptada com o radicalismo (substituindo as inumações) e violência que à primeira vista seria de supor. Recordemos os casos de Agro de Nogueira (Toques, A Coruña), onde coexistem incinerações e inumações [Meijide Cameselle, 1996], de Gandón (Pontevedra) [Peña Santos, 1985], do monumento 2 de Serra da Muna (Viseu), onde uma depressão existente no afloramento granítico foi utilizada como “câmara” [Cruz, Gomes e Carvalho, 1998b]; da tampa de Mombeja I

²⁰ Além das datações de Carbono 14 das necrópoles do Bronze Final do Parinho (Tondela) [Cruz, 1997, 1999] e Tanchoal, encontram-se em publicação as obtidas para o conjunto tumular da Senhora da Ouvida (Castro Daire) [Cruz e Vilaça, 1999; Rubinos, 1999] e para a sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), de cronologia similar (em prep.). Neste contexto devem também ser considerados os materiais e datações obtidas para a “Casinha Derribada” (Viseu) [Cruz, Gomes e Carvalho, 1998a]. Vide também Vilaça e Cruz, 1999.

²¹ Vide, sobre estes aspectos: Cruz, Gomes e Carvalho, 1998 a e b; Cruz e Gonçalves, 1998-99.

(Beja), que tapava uma sepultura com cinzas (ou apenas ossos muito moídos?) [Vasconcellos, 1906: 184-185]; das sepulturas V-17/38/39 de Atalaia (Ourique), só explicáveis como fossas para receber cinzas [Schubart, 1965: 75].

As incinerações do Bronze Final de Alpiarça, do Paranho (Tondela) [Cruz, 1997, 1999], da Senhora da Ouvida (Castro Daire) [Cruz e Vilaça, 1999], do monumento 1 de Rapadouro (Vila Nova de Paiva) [Cruz, 1998], do Monte de S. Domingos (Castelo Branco) [Cardoso, Caninas e Henriques, 1998], etc., fazem já parte de uma “segunda geração” de rituais funerários associados a incinerações. A fase seguinte, da I Idade do Ferro, conhecerá, particularmente no Sul do território nacional, muitas outras ainda que durante algum tempo se mantenham as inumações.

A correlação e dependência de Alpiarça em relação aos “Campos de Umas” e a uma via continental tem sido defendida em diversas situações, com mais ou menos entusiasmo, partindo-se sempre do pressuposto de que estes seriam anteriores às incinerações daquela [Corrêa, 1936; Almagro Basch, 1952; Silva, 1993: 257; Calado, 1994: 361; etc.]. Não sendo as práticas incineratórias, como consideramos neste e outros textos, obrigatoriamente dependente dos designados “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, área onde as incinerações atribuíveis àquele aro de influência se registam, pelo menos, a partir do século XIII a.C.²², admitimos, face ao estado actual dos conhecimentos, que o incremento e generalização de tais práticas possa ter resultado de contactos e influências de longa distância, mesclando-se com a tradição funerário-religiosa local; este carácter algo original é manifesto no tipo de construções tumulares, composição do espólio, implantação no terreno, etc. De qualquer modo, a eventual via continental de penetração deste tipo de ritual encontra poucos testemunhos, nomeadamente na Meseta, onde a sua cronologia não ultrapassa o século VI a. C. (convencional) [Almagro Gorbea, 1986-87: 42; Ruiz Zapatero e Lorrio, 1995: 228].

²² Ao longo deste texto utilizamos exclusivamente cronologia em anos históricos, resultante da calibração das datações radiocarbónicas. Sobre a problemática e a cronologia dos “Campos de Urnas” do Nordeste Peninsular, vide, entre outros, Ruiz Zapatero, 1985, 1997 (este autor, no entanto, utiliza cronologia convencional radiocarbónica). A fase antiga dos “C. U.” na Catalunha corresponde ao período c. 1100-900 B C [Ruiz Zapatero, 1997: 166]; por outro lado, grande parte dessas datações corresponde a contextos habitacionais (vide, para este aspecto, Maya González, 1992).

Por outro lado, a tese de uma origem mediterrânica para as primeiras incinerações do Sul peninsular, que contariam como um dos elementos de aculturação indígena face à influência fenícia ou orientalizante [Almagro Gorbea, 1977: 386-387, entre outros], é de difícil aceitação para o caso de Alpiarça se confrontarmos as datas de Tanchoal com os primeiros testemunhos de âmbito fenício da região, que se encontram bem perto, em Santarém (Alcáçova de Santarém), do outro lado do Tejo. De facto, as datações disponíveis para o nível 15 deste sítio, associado a materiais da “I Idade do Ferro Orientalizante”, aponta para o período entre inícios do século IX a. C. e meados do século Vili a. C.²³.

Por tudo isto, cremos que o estudo da origem das práticas crematórias no Ocidente peninsular deverá ser encarado de forma autónoma da problemática dos “Campos de Urnas”, bem como da presença/influência fenícia ou orientalizante, sem, evidentemente, as ignorar.

A existência de verdadeiros “Campos de Urnas” em Alpiarça é, como já foi sublinhado [Arruda, 1994: 54] muitíssimo problemática, particularmente se adoptamos o significado genuíno com que esse conceito foi criado. Para além do seu valor cultural e geográfico restritos, os verdadeiros “Campos de Urnas” são extensos cemitérios, com várias centenas de urnas, de grandes comunidades. Aliás, já Almagro Gorbea [1986-87: 32] havia alertado para a inconveniência em usar tal expressão fora da Catalunha e Vale do Ebro Oriental. Aqui, aceita-se a existência de elementos étnicos extra-peninsulares, numericamente pouco expressivos, oriundos do Languedoque, segundo um modelo de “vagas de avanço”, unicamente para a fase dos “Campos de Urnas Antigos”, altura a partir da qual se regista uma evolução autónoma na região [Ruiz Zapatero, 1985: 1044-1047; 1997].

Em Alpiarça temos a adopção de um ritual específico que, paulatinamente, se vai (se ia) generalizando e tocando múltiplas regiões

²³ ICEN-532: 2640±50 BP (Portas do Sol, corte 5, nível 15); calibração para a probabilidade estatística de 2 sigma (método A): 898-765 cal. AC. Este resultado [Arruda, 1993:198] foi confirmado por uma nova análise radiocarbónica, ainda que dilatando os parâmetros temporais: BETA-131488: 2650 ±70 BP (amostra de carvões recolhida no quadrado A4, relativa à primeira ocupação sidérica); calibração para a probabilidade estatística de 2 sigma (método A): 967-599 cal. AC. (meados do século X / inícios do século VI a. C.). Cfr. Stuiver e Reimer, 1993; Stuiver *et alii*, 1998. Agradecemos a Ana Margarida Arruda as informações que explicitaram o contexto desta análise radiocarbónica, apresentada na Mesa Redonda sobre *Presença Fenícia no Ocidente: o estado da questão*, realizada em Outubro de 1999, em Almada.

- sinal dos tempos -, num contexto muito particular, visível, nomeadamente, nas cerâmicas, que se integram bem no mundo indígena do Bronze Final, sem paralelos formais, tipológicos ou decorativos com as cerâmicas dos “Campos de Urnas” do Nordeste²⁴. A proximidade regista-se na peculiar deposição de braceletes de bronze que, de facto, caracteriza as deposições de Tanchoal, Meijão e Cabeço da Bruxa²⁵, tal como em diversos cemitérios nordestinos. Mas o hábito de acompanhar os mortos com braceletes também não é apanágio dos “Campos de Urnas”, registando-se em contextos bem diversos. Entre outros, podemos referir os enterramentos de Paranho (necrópole de cistas), Fonelas (Granada) (enterramento secundário no monumento 3 da necrópole megalítica) [Ferrer, 1978], túmulos 33 (câmara circular, sem corredor) e 35 (cista) de Los Millares [Molina, 1978: 188], para além de tumulações de incineração em cista e em fossa da área de Almizaraque estudadas por Siret (Parazuelos, Qurénima, Caldero de Mojácar, Barranco Hondo) [Molina, 1978: 213-214], etc.

Os achados de Alpiarça são ainda de elevado interesse se observados em termos espaciais. Admitindo que a ocupação do Bronze Final registada no “Alto do Castelo” é contemporânea da de Tanchoal e de Meijão, estamos perante o único caso conhecido datável do Bronze Final em que se regista uma situação de binómio povoado/necrópole, cada um deles com seu próprio espaço.

Na planta elaborada por Gustavo Marques [1972] observa-se que Tanchoal e Meijão se localizam, respectivamente, a norte e a sul do “Alto do Castelo”. A sudoeste, encontra-se também o Cabeço da Bruxa. Haveria ainda um outro local de enterramento, pois o talude de época romana parece ter cortado uma sepultura atribuída à Idade do Ferro [Kalb e Hóck, 1988: 195]²⁶. Não é descabido admitir que, na área, existissem outros núcleos funerários, o que revelaria uma concepção

²⁴ Os dois vasos de “tipo biberon” ou “lâmpadas” (T8 e T9) [Marques, 1972: 23-24], embora raros a nível peninsular, encontram paralelos em contextos habitacionais indígenas, como é o caso da Moreirinha [Vilaça, 1995: 228]. De qualquer forma, a sua presença em vastas áreas europeias relacionadas com o mundo de Hallstatt é um facto [Richner, 1979, II: 143].

²⁵ Trata-se de simples aros abertos, lisos, extremidades por vezes sobrepostas, secções retangulares, elipsoidais e semicirculares, com diâmetros que oscilam entre os 62 mm e 83 mm no Tanchoal, 58 mm e 84 mm no Meijão [Marques, 1972: 29 e 34].

²⁶ Não se conhecem muitos dados que permitam definir mais aturadamente a cronologia atribuída a esta sepultura, nem o seu local específico de achado.

espacial funerária polinucleada e periférica, por oposição a um espaço nuclear e central, aliás bem delimitado com talude e fosso, de cariz habitacional [Kalb e Hock, 1988: 195]. Esta distribuição circundante das necrópoles poderia constituir-se, tal como já foi sugerido para outras situações, como protecção simbólica de eventual carácter apotropaico, constrangedor, ou outro. Mas essa compartimentação de espaços não se traduz, necessariamente, pela separação e afastamento de vivos e de mortos. Pelo contrário, se admitirmos que estamos perante comunidades de forte pendor agro-pastoril, então, essas terras mais próximas do povoado, entre os cemitérios, poderiam ser diariamente exploradas, aproximando, de novo, os vivos dos antepassados. Estes continuariam a desempenhar o seu papel protector e tutelar, agora transferido para as terras de cultivo, e respectivas colheitas, e para os pastos onde o gado crescia e era fonte de riqueza.

A nuclearização dos cemitérios poderia ainda ser entendida de outra maneira, não fossem tão poucos os dados que possuímos sobre a sua organização interna, contextos funerários, espólios e rituais. Quem sabe se cada núcleo estaria adstrito a um determinado grupo social, etário²⁷, de parentesco, ou de género? Desconhecemos, de facto, o local dos *ustrina*, como era feita a selecção dos ossos, e se era feita²⁸, se estes eram limpos ou lavados; ignoramos se haveria alguma ordenação na distribuição das urnas ou se, pelo contrário, estas se dispersavam aleatoriamente; não sabemos que espólio pertencia a cada sepultura, nomeadamente o número de recipientes e o significado da existência de formas e de volumetrias tão díspares; será que alguma(s) estaria(m) especialmente assinalada(s)? No caso do Cabeço da Bruxa, as “fossas funerárias”, como já referimos, seriam marcadas por pequenos montículos de pedra [Kalb e Hóck, 1981-82]. As poucas pistas que foi possível registar apontam, todavia, no sentido de uma relativa diversidade. Haveria núcleos, como no Cabeço da Bruxa (a única situação de acha-

²⁷ Como se referiu (cfr. nota 23), existem dois vasos de “tipo biberon” do Tanchoal. Segundo Rychner [1979: I, 29], peças idênticas foram exumadas sobretudo em sepulturas infantis. Ignoramos se esse também seria o caso do Tanchoal. Todavia, Marques [1972: 3-24] considera-as “lâmpadas”, porque o bico se apresentava queimado na extremidade; mas tal poderia igualmente ser resultado do ritual incineratório praticado.

²⁸ No caso do Tanchoal, mau-grado a pequena quantidade de ossos recolhidos, parece registar-se uma selecção e tratamento diferenciado, valorizando-se o crânio [Vide Silva, em anexo].

dos *in situ* presenciados por arqueólogos), com as urnas distanciadas umas das outras com espólios variáveis (urna, taça e bracelete; urna e taça; urna isolada ou, talvez, com cinco braceletes) [Kalb e Hock, 1981-82: 68]. Noutros, como no Tanchoal, as urnas estariam encostadas umas às outras²⁹, cheias de cinzas e carvões [Corrêa, 1936: 133], ignorando-se a distribuição dos braceletes³⁰ e demais espólio cerâmico (ou outro). A situação de Meijão é ainda pior conhecida.

Nunca saberemos, os motivos subjacentes a essa escolha, mas o que é certo, é que estamos perante uma inequívoca selecção tipológica de artefactos de bronze de entre o diversificado rol que caracteriza o Bronze Final. Foi sugerida como explicação para a numerosa quantidade de braceletes o uso simultâneo de diversos exemplares³¹, de que resultaria um efeito visual similar ao dos braceletes áureos do Álamo (Moura), formados por dez aros lisos, maciços e unidos entre si³² [Armbruster, Parreira e Correia, 1993: 76].

À plausibilidade de um uso simultâneo de braceletes está subjacente a ideia de que eles constituiriam adereços que, em vida, o morto usava. Não o negamos, mas outras hipóteses podem colocar-se, na tentativa de encontrar, não a resposta mas explicações verosímeis para a existência de sepulturas com braceletes, em número variável, e de outras sem eles. Se admitirmos que só os enterramentos dos mais velhos tinham braceletes, os quais poderiam, simbolicamente, representar cada um dos restantes membros da família³³, não estaríamos face às poses específicas do morto, mas perante os seus, que com ele, assim,

²⁹ Sobre este aspecto vide a tentativa de reconstituição de G. Marques [1974: 13 e segs].

³⁰ É admissível e provável, até pelo exemplo do Cabeço da Bruxa, que umas tumulações possuíssem braceletes e outras não. Por exemplo, dos 172 túmulos da necrópole de El Molar (Tarragona), do séc. Vili-VII a. C., só 42 continham espólio metálico [Castro Martínez, 1994: 102-103].

³¹ Como referimos (vide nota 11), o espólio de Alpiarça está disperso por várias instituições. No Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto encontram-se 24 braceletes e 94 fragmentos provenientes do Tanchoal; do Meijão registam-se 5 exemplares inteiros e 91 fragmentos.

³² A comparação poderia estender-se ao bracelete de Alcludia (Ciudad Real) [Almagro Gorbea, 1977: 55-56] e, de alguma forma também, ao de Coios (Odemira, Beja) e até aos da Sr.^a da Guia (S. Pedro do Sul), estes de bronze. Em Tanchoal, dois dos braceletes encontram-se unidos por mineralização [Marques, 1974: 29].

³³ Aqui entendida num sentido amplo, reunindo indivíduos do mesmo sangue.

continuavam. Nesta leitura não vislumbramos ricos e pobres, mas um espírito de forte coesão e solidariedade familiares, e de reverência para com os mais velhos³⁴. Estamos numa época de uma nova ideologia [Fokkens, 1997: 370], que enfatiza a individualidade sem esquecer o colectivo, revalorizando a sua história territorial³⁵.

Os braceletes não terão constituído, necessariamente, mera riqueza amortizada que, na época, conheceu preferencialmente outros destinos e contextos. E por isso infrutífero, mesmo incorrecto, avaliar o poder, a riqueza e o *status* dos indivíduos do Bronze Final através da contabilização e variabilidade dos espólios funerários. Estamos longe do processualismo linear, normativista, que via na variabilidade funerária uma correspondência directa da riqueza e complexidade da sociedade³⁶. Se assim fosse, ficaríamos com a ideia de que estamos perante comunidades pobres (pobreza numérica e qualitativa do espólio) e de forte tendência igualitária (monotonia e uniformidade do espólio), o que outros dados contrariam.

A adopção da incineração não constitui uma simples mudança de ritual e de tratamento dos mortos. Envolve também, como sublinha Kristiansen [1998: 25] uma mudança no significado de sepultura e na concepção de riqueza da sepultura. O mundo funerário do Bronze Final não se reduz, pois, às práticas funerárias *strictu sensu*, nem às sepulturas e cemitérios. A sua inteligibilidade depende do conhecimento e entendimento que fazemos de outras práticas rituais e cultuais mais abrangentes, mesmo que reconhecíveis nos mais inesperados lugares, expressando muitas vezes a ideia de “pessoas presentes, corpos ausentes” [Vilaça, 1999]³⁷.

³⁴ Permitam-se-nos estas reflexões, embora saibamos quanto diversificadas (e até absurdas aos nossos olhos de ocidentais) são as situações a nível de contextos e rituais funerários em sociedades etnográficas. Por vezes, as posses de que os mortos se fazem acompanhar não constituem riqueza, mas “apenas” o testemunho do que foram (conquistando) através dos “rituais de passagem”, expressando o seu *status* (etário, de género, ou do que hoje se designaria por “estado civil”). Assim, o túmulo de uma rapariga seria diferente do de uma mãe, o de uma mulher casada seria distinto do de uma viúva, etc. (vide, por exemplo, Ucko, 1969).

³⁵ Neste mesmo sentido pode ser interpretada a necrópole de Paranho com suas cistas individuais abraçadas por círculo de pedras.

³⁶ Sobre esta linha de análise dos contextos e espólios funerários, vide, por exemplo: Saxe, 1970; Tainter, 1975. Vide ainda discussão do assunto em Vicent Garcia, 1995.

³⁷ Vide, sobre estes aspectos, Cruz, Gomes e Carvalho, 1998 a e b; Vilaça e Cruz, 1999.

Foi nosso desejo que este texto contribua para um melhor esclarecimento das práticas funerárias das comunidades que habitaram a região de Alpiarça nos finais do II / inícios do I milénios a. C. Assim se poderão precisar algumas ideias para que não se escreva de novo que “otro caso curioso es el de la “necrópolis de incineración” de Alpiarça, de la que no se conocen ni restos de huesos quemados, ni cenizas, ni ajuar” [Ruíz-Gálvez Priego, 1998: 258].

Coimbra, Dezembro de 1999 / Janeiro de 2000.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M. (1952), “La invasión céltica en España”, in *Historia de España* (dir. de R. Menendez Pidal), I (II), pp. 141-240.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977), *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid [Bibliotheca Praehistorica Hispana, vol. XIV].
- ALMAGRO GORBEA, M. (1986-87), “Los Campos de Urnas en la Meseta”, *Zephyrus*, 39-40, pp. 31-47.
- ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R.; CORREIA, V. (1993), “O tesouro da herdade do Álamo”, in *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria*. 1.º voi. *Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Lisboa, SEC/IPM, pp. 74-76.
- ARNAUD, J. M. (1979), “Coroa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora - escavações de 1971/1972”, *Madrider Mitteilungen*, 20, Heidelberg, pp. 56-100.
- ARRUDA, A. M. (1993), “A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular”, *Estudos Orientais*, IV [*Os Fenícios no Território Português*], Instituto Oriental, 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1994), “A Idade do Ferro no Centro/Sul”, in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. II. *O mundo luso-romano* (coord. de V. S. Gonçalves), Lisboa, Ediclube, pp. 45-68.
- BETTENCOURT, A. M. (1997), “Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. O problema é sempre o de dar o trabalho por terminado, com o pensamento de nunca acabar coisa alguma... (T. Bernhard 1993: 52)”, *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. II, pp. 621-632.
- CALADO, M. (1994), “A cultura de Alpiarça”, in *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. II. *O mundo luso-romano* (coord. de V. S. Gonçalves), Lisboa, Ediclube, pp. 360-362.
- CARDOSO, J. L. (1999), “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Almadan*, II série, n.º 8, Lisboa, pp. 138-156.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1998), “Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de S. Domingos (Malpica do Tejo, Castelo

- Branco)", *Actas do Coloquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 325-345 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CASTRO MARTINEZ, P. V. (1994), *La Sociedad de los Campos de Urnas en el nordeste de la Peninsula Iberica. La necropolis de El Calvari (El Molar, Priorat, Tarragona)*, BAR, IS-592.
- CORRÊA, A. A. M. (1916), "Sobre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silva", *O Archeologo Português*, 21, Lisboa, pp. 331-337.
- CORRÊA, A. A. M. (1924), *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- CORRÊA, A. A. M. (1928), "A Lusitânia pré-romana", in *Historia de Portugal* (dir. de Damião Peres), Barcelos, vol. I, pp. 79-214.
- CORRÊA, A. A. M. (1931), "Note sur le mobilier de sépultures de l'âge du Fer d'Alpiarça", *L Anthropologie*, 4L
- CORRÊA, A. A. M. (1934), "Ribatejanos", *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, n.ºs 37 a 42, Santarém [Separata, 19 pp.].
- CORRÊA, A. A. M. (1936), "Urnenfelder" de Alpiarça", *Anuario de Prehistoria Madrileña*, 4/6, 1933/35, Madrid, pp. 133-137, IV ests.
- CRUZ, D. J. (1997), "A necrópole do Bronze Final do Paranho (Molelos, Tondela, Viseu)", *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 85-109.
- CRUZ, D. J. (1998), "Expressões funerárias e cultuais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a. C.)", *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 149-166 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CRUZ, D. J. (1999), "A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela). Resultados das datações radiocarbónicas", *Estudos Pré-históricos*, 7, Viseu (no prelo).
- CRUZ, D. L.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. M. S. (1998a), "O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5", *Conimbriga*, 37, Coimbra, pp. 5-76.
- CRUZ, D. L.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. M. S. (1998b), "Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação", *Actas do Colóquio 'A Pré-história na Beira Interior'*", pp. 375-395 ["Estudos Pré-históricos", 6].
- CRUZ, D. L.; VILAÇA, D. J. (1999) "O grupo de *tumuli* da "Senhora da Ouvida" (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos", *Estudos Pré-históricos*, 7, Viseu (no prelo).
- CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. (1998), "A necrópole de Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende)", *Portugália*, n. s., XIX-XX. No prelo.
- FABIÃO, C. (1993), "O passado proto-histórico e romano", in *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), Lisboa, Editorial Estampa, pp. 77-120.
- FERRER PALMA, J. E. (1978), "Serie de pulseras decoradas pertenecientes al Bronce Final, halladas en un enterramiento secundario de la necropolis megalítica de Fonelas", *Baetica*, 1, pp. 181-184.
- FOKKENS, H. (1997), "The genesis of urnfields: economic crisis or ideological change?", *Antiquity*, 71 (272), pp. 360-373.

- JUINGHANS, S.; SANGMEISTER, E.; SCHRÖDER, M. (1968), *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*, Gerb. Mann Verlag, Band 2 - Teil 3, Berlin.
- KALB, Ph. (1995), “Alpiarça”, in *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, pp. 90-93.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1985a), *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Galeria dos Patudos. Catálogo*, Alpiarça, Câmara Municipal de Alpiarça/Casa Museu dos Patudos, Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1987), “O Tejo na zona de Alpiarça (Idades do Bronze e do Ferro)”, in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, pp. 48-52.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1988), “O povoamento pré-histórico de Alpiarça”, *Arqueologia*, 17, Porto, 193-200.
- KALB, Ph.; HÖCK, M. (1981-82), “Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979”, *Portugalia*, nova série, 2/3, Porto, 61-69 (versão port, do texto original publicado em *Madrider Mitteilungen*, 21, Heidelberg, pp. 91-100).
- KRISTIANSEN, K. (1998), *Europe Before History*, Cambridge University Press. [New Studies in Archaeology].
- MARQUES, G. (1972), *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*, “Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa”, n.º 13, Porto.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974), “Aspectos da proto-história do território português. 1 - Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 125-148.
- MAYA GONZÁLEZ, J. L. (1992), “Aprovechamiento del medio y paleoeconomía durante las etapas metalúrgicas del Nordeste peninsular”, in *Elefantes, Ciervos y Ovicaprinos* (Moure Romanillo, A. ed.), Universidad de Cantabria, pp. 275-314.
- MEIJIDE CAMESELLE, G. (1996), “La necrópolis del Bronce Inicial del Agro de Nogueira (Piñeiro, Toques, A Coruña) en el contexto funerario de su época”, in *Humanitas. Estudios en Homenaxe ó Prof. Dr. Carlos Alonso del Real*, vol. 1 (Rodríguez Casal, A. coord.), Universidad de Santiago de Compostela, 215-239.
- MOLINA GONZALEZ, F. (1978), “Definición y sistematización del bronce tardío y final en el sudeste de la Península Iberica”, *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 3, pp. 159-232.
- MONTEAGUDO, L. (1965), “Hachas pré-históricas de Europa Occidental”, *Conimbriga*, IV, Coimbra, pp. 11-35.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1985), “Las cistas de Gandón (Cangas de Morrazo, Pontevedra)”, *El Museo de Pontevedra*, XXXIX, pp. 79-94.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978), “Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-163.
- PONTE, M. S. (1982), “Uma coleção de fibulas da Estremadura”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III, série 88, t. 1, Lisboa, pp. 215-222.
- RUBINOS, A. (1999), “Las fechas Carbono-14 del yacimiento de Senhora da Ouvida Ouvida (Castro Daire, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, 1, Viseu (no prelo).

- RUIZ ZAPATERO, G. (1985), *Los Campos de Urnas del NE. de la Península Iberica*, Madrid, Ediciones Universidad Complutense de Madrid, 2 tomos.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997), "Migration revisited. Urnfields in Iberia", in *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change* (ed. M. Díaz-Andreu e S. Keay), London, pp. 158-174.
- RUIZ ZAPATERO, G.; LORRIO, A. J. (1995), "La muerte en el norte peninsular durante el primer milenio A. C.", in *Arqueoloxía da Morte* (Fábregas Valcarce, R.; Pérez Losada, F.; Fernández Ibáñez, C., eds.), Xinzo de Limia, pp. 225-248.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998), *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce*, Ed. Crítica, Barcelona.
- SAVORY, H. N. (1951), "A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa", *Revista de Guimarães*, LXI (3-4), Guimarães, pp. 323-377.
- RYCHNER, V. (1979), *L'Age du Bronze Final a Avenier (Lac de Neuchâtel, Suisse). Typologie et chronologie des anciennes collections conservées en Suisse*, "Cahiers d'Archéologie Romande", n.º 15-16, Lausanne.
- SAVORY, H. N. (1974), *Espanha e Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo.
- SAXE, A. A. (1970), *Social dimensions of mortuary practices*, University of Michigan, Ann Arbor.
- SCHUB ART, H. (1965), "Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja*, XXII, pp. 7-88.
- SILVA, A. C. F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (1990), "A primeira Idade do Ferro", in *Nova História de Portugal* (dir. de J. Serrão e A. H. Oliveira Marques). Vol. I. *Portugal. Das Origens à Romanização* (coord. de Jorge de Alarcão), Lisboa, Editorial Presença, pp. 263-288.
- SILVA, A. C. F. (1993), "A Idade do Bronze em Portugal", in *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 237-293.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J. (1993), "Extended ¹⁴C database and revised CALIB radiocarbon calibration program", *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J.; BARD, E.; BECK, J. W.; BURR, G. S.; HUGHEN, K. A.; KROMER, B.; MCCORMAC, F. G.; PLICHT, J. v. d.; SPURK, M. (1998), "INTCAL98 Radiocarbon age calibration 24,000 - 0 cal BP", *Radiocarbon*, 40, pp. 1041-1083.
- TAINTER, J. A. (1975), "Social inference and mortuary practices: an experiment in numerical classification", *World Archaeology*, 1 (1), pp. 1-15.
- UCKO, P. J. (1969), "Ethnography and archaeological interpretation of funerary remains", *World Archaeology*, 1 (2), pp. 262-280.
- VASCONCELLOS, J. L. (1906), "Estudos sobre a época do bronze em Portugal", *O Arqueólogo Português*, XI, Lisboa, pp. 179-189.
- VICENT GARCÍA, J. M. (1995), "Problemas teóricos de la arqueología de la muerte. Una introducción", in *Arqueoloxía da Morte* (Fábregas Valcarce, R.; Pérez Losada, F.; Fernández Ibáñez, C., eds.), Xinzo de Limia, pp. 15-31.
- VILAÇA, R. (1995), *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, Lisboa, IPPAR ["Trabalhos de Arqueologia", 9].

- VILAÇA, R. (1999), “Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior”, *Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda. No prelo.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. (1999), “Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, *Arqueologia*, 24, Porto, pp. 73-99.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943), “La station préhistorique de Goucha (Alpiarça)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 24, Lisboa, pp. 99-108.
- ZBYSZEWSKI, G. (1946), “Étude géologique de la région d’Alpiarça”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 27, Lisboa, pp. 145-267.

ANEXO

Tanchoal dos Patudos
(Alpiarça, distrito de Santarém)
Relatório da análise dos restos ósseos

por *Ana Maria Silva* *

Pequenos e poucos fragmentos ósseos. Há, claramente, um fragmento craniano que ainda preserva uma porção sutural completamente aberta (indivíduo aparentemente adulto, pela espessura, mas ainda jovem). Este é, de todos os fragmentos, o de maiores dimensões (2,5 cm de comprimento por 1,85 cm de largura). Detectam-se outras esquirolas cranianas menores. É também possível observar alguns fragmentos mínimos do esqueleto pós-craniano, nomeadamente, dos ossos longos, alguns dos quais parecem ter sido submetidos a carbonização, já que há vestígios ténues de fissuras/fendas transversais (visíveis num fragmento). A coloração apresentada não sugere terem sido submetidos a altas temperaturas (cor acinzentada). Por outro lado, a densidade de alguns fragmentos aponta para terem sido sujeitos a combustão. Acrescente-se que há um fragmento que parece estar nitidamente encolhido.

A cremação não terá atingido todo o corpo da mesma maneira, parecendo o crânio a zona menos afectada. Provavelmente o fragmento mais “tipo porcelana” será da bacia, o que indicará que a combustão terá atingido uma temperatura mais elevada nesta zona.

Coimbra, 16 de Julho de 1997.

* Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

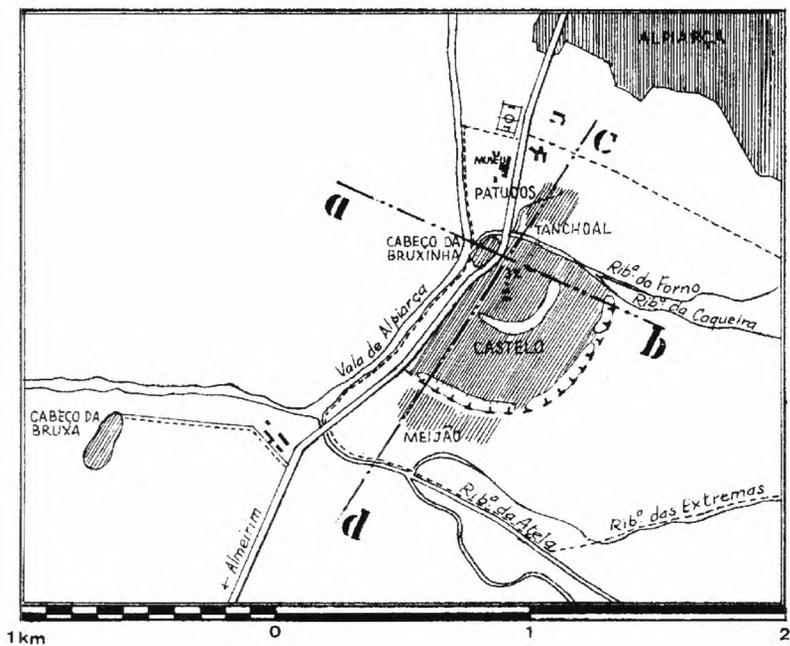


FIG. 1 - Localização das estações arqueológicas de Alpiarça (Marques, 1972).

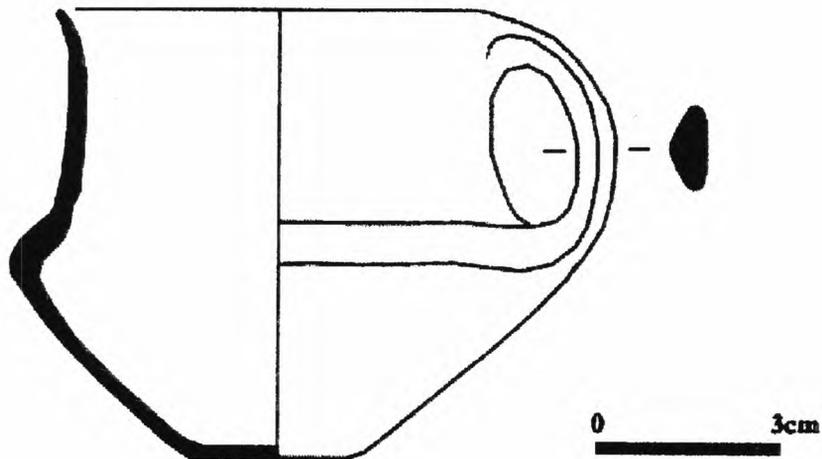
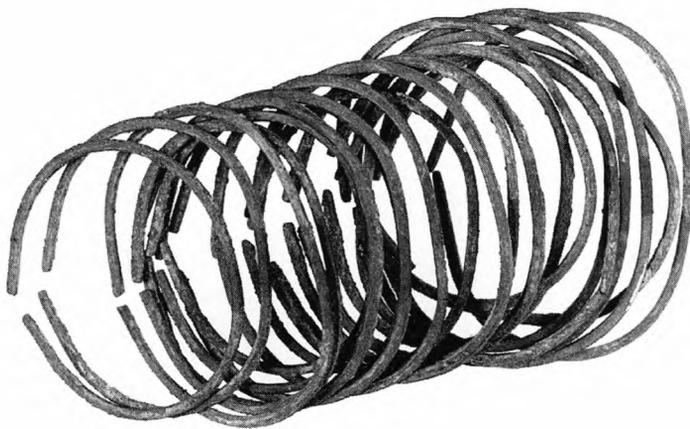


FIG. 2 - Desenho do vaso T 27 .tipo V (Marques, 1972).



EST. I. Vaso T 27 do Tanchoal dos Patudos (Foto de A. Roldão, ICBAS).



EST. II. Braceletes em bronze do Tanchoal (Foto de A. Roldão, ICBAS).